



Qualis A3 ISSN: 2178-2008

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [DOAJ](#)

Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros



A Teoria Política Aristotélica

Aristotelian Political Theory

Recebido: 26/10/2024 | Aceito: 11/11/2024 | Publicado on-line: 20/12/2024

Gustavo Javier Castro¹

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br

Alejandro Gabriel Olivieri²

<https://orcid.org/0000-0002-7398-7905>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: aleoli61@gmail.com

Lourivânia de Lacerda Castro³

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br



Resumo

Analisa-se a teoria política do Aristóteles e os *critérios* que utiliza para classificar as *formas de governo*, especialmente no que diz respeito às boas e às más formas de governo e introduzindo um novo parâmetro: o *interesse perseguido*, pelo governante, e o bem comum. Por último, examina-se o conceito aristotélico de *Polítia*.

Palavras-chave: Aristóteles. Teoria política. Formas de governo.

Abstract

The political theory of Aristotle and the criteria he uses to classify forms of government are analyzed, particularly regarding the good and bad forms of government and introducing a new parameter: the interest pursued by the ruler and the common good. Finally, the Aristotelian concept of Politia is examined.

Keywords: Aristotle. Political theory. Forms of government.

¹ Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Católica de Valparaiso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília? UnB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires? UBA (1985).

³ Mestre em Direito- LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

1. Introdução

O objetivo do trabalho é realizar alguns questionamentos que nos permitam sintetizar da forma mais clara e sucinta possível a *teoria política* do estagirita.

Em primer lugar, Aristóteles enfatiza que, ao analisar a política, deve-se refletir sobre os *critérios* que se utilizam para classificar as *formas de governo* e analisa as características das boas e das más de governo, as suas diferenças e as relações complexas entre elas. Aristóteles introduz um novo parâmetro: o *interesse perseguido*. As formas boas de governo são aquelas em que os governantes buscam o *bem comum*, o interesse coletivo. Já as formas más de governo são aquelas em que os governantes priorizam interesses particulares ou de grupos específicos.

A continuação, enumeram-se as três principais formas de poder, descrevem-se as diferenças entre os diversos tipos de monarquias e se analisam as diferenças entre a monarquia despótica e a tirania.

Por último, examina-se o conceito aristotélico de *Polítia*, os procedimentos enunciados para conciliar oligarquia e democracia e a importância das classes medias. Ele define essa forma de governo como um regime que busca *equilibrar os interesses dos ricos e dos pobres*, eliminando os conflitos sociais que surgem dessa desigualdade. A *Polítia* é considerada por Aristóteles como a melhor, pois promove a *paz social*, essencial para a harmonia da sociedade, mostrando o papel das classes medias para esse objetivo.

2. A Teoria Política Aristotélica

No seu livro *A Teoria das Formas de Governo*⁴, Norberto Bobbio (2000), dedica um capítulo ao filósofo Aristóteles. A partir desse texto, realizaremos alguns questionamentos que nos permitam sintetizar da forma mais clara possível a *teoria política* do estagirita.

As perguntas que tentaremos responder durante o presente artigo são as seguintes:

1. Qual é uma das principais tarefas do estudioso da política?
2. Qual é a classificação das formas de governo?
3. Qual é a ordem hierárquica das formas de governo?
4. Qual é o critério para classificar as formas boas e más de governo?
5. Quais são as três formas de poder distinguidas por Aristóteles?
6. Quais são os tipos de monarquia?
7. Quais as características da monarquia despótica e como ela difere da tirania?
8. Qual o conceito de *Polítia*, os procedimentos enunciados para conciliar oligarquia e democracia e a importância das classes medias?

2.1. Qual é uma das principais tarefas do estudioso da política?

Aristóteles, em sua obra *A Política* (1995), foi um pesquisador metucioso. Ele dedicou-se a estudar não apenas as constituições das *polis* gregas, mas também de povos orientais e “bárbaros” (como os chamavam os próprios gregos), analisando aproximadamente 158 constituições⁵. Uma tarefa fundamental, segundo ele, é descrever e classificar essas constituições, o que exige critérios de análise. Assim,

4 O referido texto nasceu de aulas e seminários ministrados por Bobbio na Universidade de Turim e que seus discípulos organizaram em forma de livro. Esse formato traz duas qualidades valiosas: a capacidade de síntese e a clareza, mesmo ao tratar de temas complexos. Bobbio consegue, em poucas páginas, apresentar com precisão as teorias políticas de Platão, Aristóteles e outros pensadores.

5 Lamentavelmente, de todas essas constituições só sobreviveu até hoje, para os estudos correspondentes, uma única constituição, a de Atenas.

Aristóteles enfatiza que o analista da política deve refletir sobre os *critérios* que utiliza para classificar as *formas de governo*.

Um ponto interessante a destacar é a *metodologia* aristotélica: ele parte do particular (as diferentes constituições) para o geral (a criação de grupos classificatórios). Em contraste, Platão segue o caminho inverso, partindo de uma forma ideal de governo e avaliando as demais formas como variações imperfeitas dessa ideia. (Castro, Olivieri & Castro de Lacerda, 2023) A distinção metodológica entre Aristóteles e Platão reflete-se também no foco das suas análises. Enquanto Aristóteles prioriza a diversidade real das formas de governo, Platão preocupa-se em definir a forma ideal, centrada na figura do "rei-filósofo".

2.2. Qual é a classificação das formas de governo?

Aristóteles utiliza dois critérios principais para essa classificação:

1. **Quem governa?** – critério quantitativo (um, poucos ou muitos).
2. **Como se governa?** – critério qualitativo (bem ou mal).

Esses critérios resultam em seis formas de governo, divididas entre boas e más:

- **Boas:** Monarquia (governo bom de um), Aristocracia (governo bom de poucos) e *Polítia* (governo bom da maioria).
- **Más:** Tirania (governo ruim de um), oligarquia (governo ruim de poucos) e democracia, que Aristóteles, neste contexto, considera o governo ruim da maioria.

A tipologia aristotélica influenciou o pensamento político por séculos, sendo reformulada apenas com Maquiavel, no Renascimento.

2.3. Qual é a ordem hierárquica das formas de governo?

Embora Aristóteles reconheça que a monarquia seja a primeira forma de governo historicamente surgida (em função da organização tribal e familiar), isso não significa que ele a considere superior. No início do próximo apartado, discutiremos essa hierarquia de maneira mais detalhada.

A seguir uma representação gráfica da classificação das formas de governo para compreender melhor aquilo que desejamos explicar

A pergunta é: Aristóteles afirma que a primeira forma de governo que surge é a monarquia? Sim. E sabemos que, segundo ele, quando a monarquia se corrompe, ela se transforma em tirania. Da mesma forma, quando a aristocracia se corrompe, torna-se uma oligarquia; e, quando a política se corrompe, dá origem à democracia (no sentido aristotélico, uma forma degenerada do governo da maioria).

No entanto, o fato de a monarquia ser a primeira forma de governo implica que ela seja a melhor forma de governo? Não. Por quê? Observem a distância entre a monarquia e a tirania. É isso que quisemos ilustrar para vocês. Em princípio, Aristóteles não afirma explicitamente que a monarquia é a melhor forma de governo, mas tal interpretação poderia ser considerada. Porém, ela não é a melhor forma de governo porque, ao se corromper, transforma-se na pior forma de governo.

Aristóteles nos mostra que a passagem da monarquia para a tirania é muito mais traumática e danosa para a sociedade do que a transição da *polítia* para a democracia. Quando uma monarquia se degrada, o resultado é caos, desordem e conflitos intensos. Em contraste, a transição da *polítia* para a democracia, embora também problemática, é menos violenta e conflituosa.

O ponto central aqui é o *equilíbrio*. Aristóteles nos alerta que os excessos são sempre prejudiciais, afastando-nos da virtude, que reside no justo meio-termo. Assim, não é a monarquia, mas a *politia* (o governo justo da maioria) que Aristóteles considera a *melhor forma de governo*. (Castro, Olivieri, Castro de Lacerda, 2024b)

2.4. Qual é o critério para classificar as formas boas e más de governo?

Aristóteles adota um critério diferente daquele defendido por Platão. Para Platão, governos bons são aqueles que governam dentro das leis e pelo consenso, enquanto governos maus atuam fora das leis, usando ilegalidade e violência. (Castro, Olivieri, Castro de Lacerda, 2024a)

Aristóteles, por sua vez, introduz outro parâmetro: o *interesse perseguido*. As formas boas de governo são aquelas em que os governantes buscam o *bem comum*, o interesse coletivo. Já as formas más de governo são aquelas em que os governantes priorizam interesses particulares ou de grupos específicos.

Independentemente de o poder ser exercido por um único governante, poucos ou muitos, o governo será bom se seu objetivo for o bem de todos. Quando o governante visa apenas ao próprio benefício, à exclusão das minorias ou ao favorecimento de determinados grupos, o governo se corrompe.

Essa análise está ligada à ideia de *Polis* (cidade-estado), que, para Aristóteles, representa a realização da comunidade política em busca do bem viver — e não apenas da sobrevivência. A Polis não se forma somente para existir, mas para alcançar a boa vida. (Castro, Olivieri, Castro de Lacerda, 2024b)

Contudo, o conceito de bem comum traz problemas. É o bem comum algo real e tangível ou apenas uma abstração idealizada? Ao longo dos séculos, essa ideia evoluiu para conceitos como o *interesse nacional*, discutido em teorias modernas de ciência política e relações internacionais. O interesse nacional, entretanto, varia conforme quem está no poder. Governos diferentes podem divergir radicalmente sobre o que consideram ser o interesse nacional, revelando que, em uma comunidade política, o bem comum pode ser entendido de maneiras diversas, muitas vezes influenciadas por relações de poder.

2.5.A distinção aristotélica das três formas principais de poder:

1. **Poder do pai sobre o filho:** exercido no interesse dos filhos.
2. **Poder do senhor sobre o escravo:** exercido no interesse do senhor.
3. **Poder do governante sobre o governado:** idealmente exercido em benefício do interesse comum, mas que, quando desvirtuado, resulta na corrupção do governo.

2.6.A distinção dos diversos tipos de monarquia

1. **Monarquia dos tempos heroicos:** hereditária, baseada no consentimento dos súditos.
2. **Monarquia espartana:** marcada por liderança militar, com escolha do monarca entre os generais, não sendo hereditária.
3. **Monarquia despótica ou tirania seletiva:** surge em tempos de crise, com um líder escolhido para restabelecer a ordem, podendo ter mandato limitado ou vitalício.
4. **Monarquia dos povos bárbaros:** caracterizada pela centralização do poder em uma linhagem hereditária, com base na ideia de poder transmitido pelo sangue.

2.7. Quais as características da monarquia despótica e em que ela difere da tirania?

Segundo Aristóteles, existem duas características peculiares nesse tipo de monarquia:

a) O poder é exercido de maneira *tirânica*. Nesse sentido, ele se assemelha ao poder do tirano. Mas o que significa um poder tirânico? É um poder exercido em proveito próprio, o que é um elemento comum a todas as formas corruptas de governo. O governante governa em benefício próprio, sem se preocupar com os interesses coletivos. Assim, o tirano é, necessariamente, um monarca corrupto, alguém que age exclusivamente em favor de seus próprios interesses.

Além disso, um governo tirânico opera fora das leis, algo que podemos associar diretamente ao pensamento político de Platão. Governar em benefício próprio inevitavelmente leva à *transgressão das leis*. Mais do que isso, a característica mais marcante de um governo tirânico é o uso do *terror e da violência* como instrumentos de controle dos governados. A obediência dos súditos é garantida apenas pelo medo.

Portanto, um governo tirânico pode ser definido por três aspectos principais:

1. É exercido em benefício particular.
2. Atua fora das leis, de maneira arbitrária.
3. Baseia-se na violência e no terror para manter a ordem.

b) O *poder do monarca despótico*, apesar de ser tirânico, é *legítimo*. Isso parece contraditório, mas há um fundamento: o governo despótico é *aceito pelos súditos*. Como explica Aristóteles, certos povos, que ele descreve como “bárbaros” e “mais servis” que os gregos, toleram sem dificuldade o poder despótico sobre eles. Aqui, Aristóteles introduz uma *variável cultural*. Ele não explica por que esses povos são mais servis, mas aponta essa diferença cultural como fator de aceitação.

Posteriormente, filósofos como Hegel no final do século XVIII e início do XIX aprofundam essa ideia, afirmando que muitos governos despóticos têm um caráter *Teocrático*. Para Hegel, os súditos aceitam esse poder porque veem o governante como uma divindade encarnada ou seu representante na Terra, como no caso dos faraós no Egito ou dos imperadores na China. (Hegel, 2013)

No caso da monarquia despótica, diferentemente da tirania, o consentimento dos governados legitima o governo, mesmo que ele seja exercido de forma tirânica. É por isso que um déspota não pode ser considerado exatamente um tirano, já que os súditos de um tirano obedecem apenas por imposição e terror, não por aceitação voluntária. Resumindo, os tiranos governam súditos descontentes, enquanto o monarca despótico exerce poder sobre súditos que o aceitam, mesmo que esse poder seja arbitrário e violento.

2.8. O conceito de *Politia*, os procedimentos enunciados para conciliar oligarquia e democracia e a importância das classes médias?

Aristóteles apresenta a *Politia* – a melhor forma de governo- como uma mistura de Oligarquia e Democracia. Ele a define como um regime que busca *equilibrar os interesses dos ricos e dos pobres*, eliminando os conflitos sociais que surgem dessa desigualdade. Essa forma de governo é considerada por Aristóteles como a melhor, pois promove a *paz social*, essencial para a harmonia da sociedade. Segundo Aristóteles, a *Politia* é uma *fusão* de elementos bons das formas ruins de governo. Isso levanta dois problemas:

1. Como algo bom pode surgir de algo mau?

2. A melhor forma de governo não existe historicamente; ela precisa ser construída.

Essa construção exige a criação de uma nova *Constituição*, capaz de combinar os melhores aspectos da oligarquia (governo dos ricos) e da democracia (governo dos pobres). Aristóteles sugere uma “engenharia política” para realizar essa fusão. Ele dá exemplos práticos, como:

1-Penalizar os ricos que não participarem da política, mas recompensar os pobres que se envolverem nela.

2-Estabelecer um limite intermediário de renda para participação política, conciliando as exigências dos dois regimes.

Esse equilíbrio reflete o ideal aristotélico do *justo meio*, que permeia não só sua filosofia política, mas também sua ética. (Sandel, 2023) Nesse sentido, Aristóteles destaca a importância da *classe média* como pilar de *estabilidade*. Ele afirma que as melhores comunidades políticas são aquelas onde a classe média é numerosa e exerce maior poder do que as classes extremas, evitando os perigos do poder excessivo.

4.Referências

ARISTÓTELES. **A Política**. Bauru, SP: EDIPRO, 1995.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CASTRO, Gustavo; OLIVIERI, Alejandro; CASTRO, Lourivânia. O mundo dicotômico de Platão como fundamento metafísico da sua teoria das Formas de Governo.

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, v. 5, n. 9, p. [indicar páginas se houver], jan.-jul. 2023.

CASTRO, G. J.; OLIVIERI, A. G.; CASTRO, L. de L. A Teoria Política Platônica.

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, v. 6, n. 11, 2024a. Disponível em:

<<https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/1305>>

CASTRO, G. J.; OLIVIERI, A. G.; CASTRO, L. de L. O Lugar da Política na Filosofia Política de Aristóteles. **Revista Processus de Políticas Públicas e**

Desenvolvimento Social, v. 6, n. 12, 2024. Disponível em:

<<https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/1310>>

HEGEL, George. **A razão na História**. Lisboa: Edições 70, 2013.

SANDEL, Michael. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.